

Presas por furto de material do laboratório da Unicamp é professora

A defesa de Soledad Palameta Miller afirmou que não há materialidade de furto

Por Moara Semeghini

A mulher presa em flagrante pela Polícia Federal (PF), na tarde desta segunda-feira (23), por suspeita de furtar material biológico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é professora doutora da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da instituição.

Trata-se de Soledad Palameta Miller, de 36 anos, natural da Argentina. De acordo com a Polícia Federal, ela pode responder por furto qualificado, fraude processual e transporte irregular de organismo geneticamente modificado.

Miller foi levada à Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu (SP) e passaria por audiência de custódia nesta terça-feira (24). A defesa

da pesquisadora afirmou ao portal que não há materialidade de furto e que ela utilizava o laboratório do Instituto de Biologia por não possuir estrutura própria. Os advogados também informaram que trabalham para restabelecer a liberdade da professora.

A Polícia Federal informou que o material biológico supostamente furtado do Laboratório de Virologia e Biotecnologia Aplicada do Instituto de Biologia foi localizado e encaminhado ao Ministério da Agricultura e Pecuária para análise, com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O laboratório possui estruturas que operam com níveis 2 e 3 de biossegurança (NB-2 e NB-3). O nível 3, por exemplo, envolve



Antonio Scarpinetti/Unicamp

Presas em flagrante pela PF por suspeita de furtar material biológico da Unicamp é professora doutora da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da instituição

alto risco para o indivíduo e risco moderado para a comunidade, o que reforça a gravidade do caso.

De acordo com o portal do Docente e Pesquisador da Unicamp, Miller coordena atualmente um laboratório voltado a pesquisas em virologia e biotecnologia em alimentos, com linhas focadas em vigilância epidemiológica e desenvolvimento de diagnósticos e terapias relacionadas a vírus transmitidos por alimentos e água.

Segundo reportagem do G1, a pesquisadora já atuou como analista no Laboratório Nacional de Biotecnologias do Centro Nacional

de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), participando de projetos nas áreas de engenharia de vetores virais, imunomodulação e anticorpos monoclonais voltados à terapia contra o câncer. Ela também realizou pós-doutorado na própria Unicamp, com pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de vacinas e testes diagnósticos.

Órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura e Pecuária e a Unicamp mantêm sob sigilo informações sobre o material biológico envolvido. As instituições informaram que a

apuração está sob responsabilidade da Polícia Federal.

A reportagem entrou em contato com o advogado Pedro de Mattos Russo, que respondeu: “Comunico que, em virtude do Sigilo Nível 2 decretado pela 9ª Vara Federal de Campinas, a defesa não se pronunciará sobre os fatos investigados. Prezando pela segurança jurídica e pelo sigilo dos atos processuais, limitaremos nossas manifestações ao âmbito judicial, em respeito ao devido processo legal.”

A Unicamp informou que instaurou uma sindicância interna para apurar o caso.

Possíveis crimes

De acordo com documento da Justiça Federal que confirma a prisão em flagrante, a investigada é suspeita de: expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente, com pena de detenção de três meses a um ano, caso não configure crime mais grave; subtrair coisa alheia móvel (furto), qualificado por abuso de confiança, fraude ou destreza, com pena de reclusão de dois a oito anos e multa; fraude processual, ao alterar o estado de lugar, coisa ou pessoa para induzir juiz ou perito a erro, com pena de detenção de três meses a dois anos e multa; produzir, armazenar ou transportar organismos geneticamente modificados (OGM) em desacordo com normas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), com pena de reclusão de um a dois anos e multa.

Campinas está entre 30 cidades do país em programa climático da COP30

Campinas está entre as 30 cidades brasileiras selecionadas para acelerar projetos de ação climática no país por meio do Programa Mutirão Brasil, iniciativa vinculada à agenda da COP30 e liderada por redes globais de cidades.

A C40 Cities e o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM) anunciaram as primeiras 34 cidades e dois estados do Brasil selecionados para receber apoio técnico e de estruturação financeira para projetos de ação climática no âmbito do Programa Brasil Mutirão. Os projetos selecionados focam principalmente em mobilidade urbana, gestão de resíduos e orçamento climático, com 11 cidades na região amazônica, ressaltando seu papel central na agenda climática do Brasil após a COP30. Seis dessas cidades amazônicas também receberão apoio para desenvolver Planos de Ação Climática.

A iniciativa é conduzida pelas redes internacionais C40 Cities e Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, com apoio da Bloomberg Philanthropies, e foi anuncia-

da nesta terça-feira (24), durante a 89ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, realizada em Curitiba.

O anúncio foi feito durante a Assembleia Geral da Frente Nacional de Prefeitos em Curitiba. De modo geral, o programa reflete a diversidade do território brasileiro, reunindo cidades de diferentes portes e regiões geográficas, abrangendo 19 estados do país. Entre as cidades selecionadas estão Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Belém, sede da COP30 no ano passado. Dois estados também foram selecionados: Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A participação coloca o município em um grupo estratégico que receberá apoio técnico para estruturar políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, com foco na integração entre planejamento, orçamento e sustentabilidade.

Segundo a Prefeitura de Campinas, a cidade foi escolhida para a frente de Orçamento Climático,



Divulgação

Prefeito Dário Saadi estava presente durante o anúncio

uma das áreas prioritárias do programa. Na prática, isso significa que o município contará com consultoria especializada, capacitação de equipes e acesso a dados e experiências internacionais para alinhar os gastos públicos a metas ambientais. A assessoria técnica será realizada entre março de 2026 e abril de 2027.

De acordo com o prefeito Dário Saadi, a adesão ao programa representa um avanço na política am-

biental do município. “Campinas tem assumido um compromisso cada vez mais concreto com a agenda climática, e a participação no Programa Mutirão Brasil representa um passo importante para transformar planejamento em ação. O orçamento climático nos permite integrar todas as áreas da administração em torno de metas comuns”, afirmou.

Campinas se destaca por ser a única cidade que não é capital esta-

dual entre as selecionadas para essa frente específica. Ao lado do município paulista, participam capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Fortaleza e Recife.

A seleção ocorreu após um processo competitivo que reuniu mais de 150 propostas de cidades e estados brasileiros. No total, 34 municípios e dois estados foram escolhidos nesta primeira fase do programa, que pretende apoiar mais de 50 entes federativos até meados de 2027.

O Programa Mutirão Brasil foi lançado em novembro do ano passado durante o Fórum de Líderes Locais da COP30, no Rio de Janeiro, como parte de um esforço para transformar compromissos climáticos em ações concretas nos territórios.

A proposta se baseia no conceito de “mutirão”, incentivando a cooperação entre governos locais, estaduais e federal, além de organizações internacionais, para viabilizar projetos com impacto direto nas cidades.